



Brasília, 24 de maio de 2023

Ao Excelentíssimo Presidente da Comissão de Legislação Participativa
Sr. José Silva Soares

Excelentíssimo Senhor Deputado,

Na qualidade de organizações católicas e instituições parceiras da sociedade civil, com atuação no campo da justiça socioambiental, promoção e defesa dos direitos humanos e de fortalecimento da democracia, em sintonia com o **Magistério do Papa Francisco**, que tem inspirado ações de proteção do meio ambiente e de toda a humanidade, manifestamos uma vez mais a esta Casa posicionamentos que orientem a atuação pelo bem comum, especialmente dos povos violentados por políticas e ataques às suas formas tradicionais de vida. Apresentamos, portanto, reflexões sobre a proteção integral do meio ambiente, a ainda mais urgente superação das desigualdades sociais e a promoção de ações eficazes para a defesa da biodiversidade, o enfrentamento às consequências das mudanças climáticas e o enfrentamento e combate à fome.

Pedimos um compromisso urgente da Câmara dos Deputados com agendas de promoção da justiça climática e socioambiental, levando sempre em conta a proteção integral de todos os biomas brasileiros, os direitos humanos, a proteção irrestrita dos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais e a participação social nos debates sobre meio ambiente e mudanças climáticas.



Nossas considerações têm fundamento na **Carta Encíclica Laudato Si' - sobre o cuidado da Casa Comum**, documento do Papa Francisco publicado em 2015. O documento do pontífice tem como mensagem principal a convocação de medidas urgentes para reverter a grave situação socioambiental que vivencia o mundo, com atenção especial para as mudanças climáticas e seus impactos na vida dos empobrecidos e empobrecidas. Na carta encíclica, o Papa Francisco reconhece que

Muitas vezes falta uma consciência clara dos problemas que afetam particularmente os excluídos. Estes são a maioria do planeta, milhares de milhões de pessoas. Hoje são mencionados nos debates políticos e económicos internacionais, mas com frequência parece que os seus problemas se coloquem como um apêndice, como uma questão que se acrescenta quase por obrigação ou periféricamente, quando não são considerados meros danos colaterais. Com efeito, na hora da implementação concreta, permanecem frequentemente no último lugar [...] Mas, hoje, não podemos deixar de reconhecer que *uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social*, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir *tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres*. (LS, 49)

Na encíclica, o Papa Francisco ainda chama a atenção para a fraqueza das reações diante do colapso climático, que faz sofrer milhões de pessoas ao redor do mundo. No Brasil, lamentavelmente, assistimos nos últimos anos ao desmonte de políticas de controle e fiscalização socioambiental, ao desmantelamento de instituições públicas responsáveis pela efetivação de políticas públicas e ao avanço violento da mineração, do garimpo ilegal, do desmatamento, do uso indiscriminado de agrotóxicos, da grilagem de terras e de tantas outras práticas levadas a cabo, muitas vezes, com o aval do Estado brasileiro. Além disso, perdura em nosso país a mácula da concentração de terra e renda



que ao longo da história, de distintas maneiras, privam o povo brasileiro de sua dignidade e de seus direitos sociais básicos.

Ao mesmo tempo cresce uma ecologia superficial ou aparente que consolida um certo torpor e uma alegre irresponsabilidade. Como frequentemente acontece em épocas de crises profundas, que exigem decisões corajosas, somos tentados a pensar que aquilo que está a acontecer não é verdade. Se nos detivermos na superfície, para além de alguns sinais visíveis de poluição e degradação, parece que as coisas não estejam assim tão graves e que o planeta poderia subsistir ainda por muito tempo nas condições atuais. Este comportamento evasivo serve-nos para mantermos os nossos estilos de vida, de produção e consumo. (LS, 59)

Nós, organizações católicas, fazemos coro à provocação do Papa Francisco de que não podemos mais continuar tratando as questões climáticas e socioambientais com superficialidade, sem avançar para soluções que transformem as verdadeiras causas da grave crise que vivemos. O tempo está se esgotando, como mostram todos os anos os relatórios e outros estudos sobre mudanças climáticas. *“É preciso agir com urgência, coragem e responsabilidade! Agir também para preparar um futuro no qual a humanidade seja capaz de cuidar de si própria e da natureza.”*¹

É preciso mudar essa atitude perversa de continuidade de uma economia baseada no uso intensivo de carbono e negar os efeitos das mudanças climáticas na vida do planeta. Se essa lógica perversa não for radicalmente transformada, as presentes e futuras gerações do Brasil serão impactadas com experiências sem precedentes, que colocam em risco a própria continuidade da vida.

Por isso, a **Câmara dos Deputados** não pode ser conivente com projetos econômicos, projetos de lei e demais dispositivos sociais, jurídicos e legislativos que devastam o meio ambiente e violam os direitos inalienáveis dos povos e territórios, sendo urgente a adoção de mecanismos políticos para

¹ Mensagem do Papa Francisco à Conferência dos Estados-Parte na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas - COP26, 2021



efetivação de projetos eficazes que devem estar centrados na superação das injustiças socioambientais, no combate efetivo às mudanças climáticas e na proteção dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e dos outros sujeitos que estão sofrendo de forma mais direta as consequências das transformações do clima. Para isso, devemos superar os atuais modelos de desenvolvimento pautados na exploração dos recursos e na expropriação dos povos tradicionais de seus territórios.

Pelo acima exposto, pedimos o compromisso dos e das parlamentares da Câmara dos Deputados, por soluções concretas de enfrentamento às mudanças climáticas e à promoção de justiça socioambiental, com alternativas para que a economia, a política e o meio ambiente sejam gestados e geridos pelo respeito à dignidade dos povos e pelo cuidado com toda a Casa Comum, espaço em que vivemos nós, humanos, e todos os seres vivos.

Não obstante, pedimos ainda:

- A suspensão imediata da tramitação do Projeto de Lei nº 490/2007, que modifica a competência para demarcação de terras indígenas do Governo Federal para o Congresso Nacional, além de rever as áreas já demarcadas e de proibir a ampliação das reservas já existentes;
- A tramitação para ratificação do Acordo de Escazú, para "garantir mais transparência de informações ambientais, acesso a mecanismos de justiça, maior participação social na construção de políticas e proteção a defensores do meio ambiente";
- A suspensão da tramitação do PL 1459/2022, que flexibiliza e generaliza as regras de aprovação e comercialização dos agrotóxicos, cujo consumo aumentou 190% nos últimos dez anos. O Brasil precisa adotar uma regulamentação rígida e exigente, para preservar a saúde das pessoas e dos territórios, inclusive impedindo a pulverização aérea destes venenos;



- A manutenção da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), como instituído pelo Governo Federal através da Medida Provisória (MPV) nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, que será analisada pelo Congresso Nacional;
- Atenção e reação imediata a qualquer tentativa de aprovar a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos em terras indígenas. Rechaçamos qualquer tentativa de retomar este tema na Câmara (como o PL 1654/2023), considerando o repúdio que estas propostas provocaram na sociedade e nas comunidades afetadas;
- Um posicionamento claro do Congresso Nacional em defesa das decisões do IBAMA com respeito à exploração do petróleo na margem equatorial, recomendando a Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS), prevista pela legislação desde 2012, para evitar exploração de áreas ecologicamente frágeis, com grave risco de desastres ambientais;
- O reconhecimento ao MST pela organização estrutural da agricultura familiar, da educação das famílias no campo, da produção agroecológica, pela luta por soberania alimentar e a solidariedade em tempos de fome, especialmente na Covid, bem como pela iniciativa de plantar mais de dois milhões de árvores em projetos de reflorestamento.

Diante do exposto e diante das atribuições da Câmara dos Deputados, as entidades aqui signatárias, propõem aos parlamentares que, ao enfrentar questões relacionadas à justiça climática e socioambiental, estejam atentos às mensagens do **Papa Francisco** sobre o tema, incorporem a agenda trazida pela **Carta Encíclica Laudato Si'**, atendam aos pedidos específicos trazidos na presente carta e estabeleçam um canal de diálogo franco e produtivo com organizações, pastorais e movimentos sociais, acadêmicos e outras lideranças que estão se mobilizando para a construção de alternativas eficazes para o enfrentamento ao colapso climático e para a preservação da biodiversidade.



Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM-Brasil)

Movimento Laudato Si'

Ação Social Franciscana (SEFRAS)

Associação Defesa Direitos Humanos e Meio Ambiente na Amazônia (ADHMA)

Associação Nacional de Escolas Católica (ANEC)

Casa Galileia

Centro Popular de Formação da Juventude – Vida e Juventude

Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP)

Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG)

Conferência da Família Franciscana do Brasil (CFFB)

Conselho Indigenista Missionário (CIMI)

Fórum Direitos Humanos e da Terra (FDHT)

Juventude Franciscana (JUFRA)

Movimento de Educação de Base (MEB)

Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH Brasil)



Observatório Luciano Mendes de Almeida (OLMA)

Ordem Franciscana Secular (OFS)

Pastoral Carcerária

Serviço Inter-Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia (SINFRAJUPE)

Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH)

União Brasileira de Educação Católica - Grupo UBEC

VIVAT Internacional